



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento “Ampliação da Atividade de Extração de Granito”, de responsabilidade de Votorantim Cimentos S/A., realizada no dia 14 de dezembro de 2017, no município de Itapecerica da Serra/SP.

Realizou-se no dia 14 de dezembro de 2017, às 18 horas, no Auditório do Complexo Administrativo da Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra, à Avenida Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Parque Paraíso, Itapecerica da Serra/SP, audiência pública sobre o empreendimento “Ampliação da Atividade de Extração de Granito”, de responsabilidade de Votorantim Cimentos S/A. (processo 321/14). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Legislativo; do Poder Executivo – na pessoa de Fábio Roberto Cravo Roxo, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itapecerica da Serra; – do Poder Judiciário; – do Ministério Público do Estado de São Paulo; – da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo; – dos representantes de órgãos públicos; – das entidades da sociedade civil; – dos COMDEMAS; – das entidades ambientalistas, enfim, a todos que compareceram a essa audiência pública sobre o empreendimento “Ampliação da Atividade de Extração de Granito”, de responsabilidade de Votorantim Cimentos S/A. (processo 321/14). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o empreendimento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao empreendedor e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas, pelo prazo de até quinze minutos cada um destes. Ao cabo, franqueou-se aos representantes do CONSEMA eventualmente presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazer uso da palavra. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela

Página 1 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, por um representante da CETESB, no caso a engenheira agrônoma **Maria Cristina Poletto**, gerente da Divisão de Avaliação de Empreendimentos Industriais, Minerários e Urbanísticos, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência. Passou-se a palavra para os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria, na sequência. **Paulo Damasceno**, engenheiro de minas e gerente industrial da Unidade Itapecerica da Votorantin Cimentos S/A apresentou sua missão, valores, crenças e prosseguiu discorrendo sobre o posicionamento mercadológico da empresa nacional e internacional, sua trajetória, produtos, os objetivos e a importância da ampliação requerida. A empresa produz cimento, concreto e agregados e explicou que a brita é o objeto da unidade que será implantada em Itapecerica da Serra. Ofertou um resumo do projeto de ampliação para prover o mercado da construção civil da região da grande São Paulo, principalmente a zona sul. Dissertou sobre a importância a sustentabilidade do projeto e sua importância para geração de empregos local. **Ciro Terêncio Russomano Ricciardi**, engenheiro de minas, representante da Prominer Projetos Ltda, empresa de consultoria que elaborou o EIA/RIMA, abordou o SEU histórico, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos. Posteriormente ofertou informações relacionadas ao Plano Diretor e uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos motivos da escolha da localização, dos limites da cava e da direção que se pretende expandi-la, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação e da ampliação do depósito de resíduos estéreis, dos impactos que ela promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e acerca das medidas de mitigação que serão implementadas. Dissertou sobre a caracterização ambiental geomorfológica e hidrológica. Apresentou as medidas de conservação a serem adotadas para a vegetação do entorno da área de extração. Apresentou documentação fotográfica relacionada aos trabalhos de revegetação realizados entre 2006 e 2009, relacionados ao respectivo Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD. Complementou que existia, já de longa data um grande reflorestamento de *Pinus* nessa região, o qual foi erradicado, sobrando na propriedade vegetação nativa, praticamente. Apresentou, com auxílio de mapas, as áreas que serão destinadas a receber a compensação ambiental. Ressaltou que determinadas áreas já são reservas florestais do empreendimento e com a compensação haverá uma conexão entre os fragmentos vegetais. Destacou que também serão realizadas compensações nas unidades de conservação e que serão destinados para tanto R\$ 75,1 milhões. Tais compensações, ressaltou, podem variar de 0% a 0,5% dos investimentos previstos. Comentou que esses estudos também foram aprovados pelo Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Tietê, em 26 de outubro de 2017. Dissertou sobre o Plano Diretor de Mineração de Itapecerica da Serra e as respectivas concessões de lavra. Informou que o Plano Diretor prevê a expansão da cava de 27,49 para 46,45 ha. O rebaixamento do piso da cava foi licenciado na cota 760m para 655m e, igualmente, a ampliação das pilhas de estéril. Destacou que a vida útil é de 59 anos para a produção de 87 milhões de toneladas e a vida útil de 59 anos. Com o auxílio de projeção de imagens, apresentou a infraestrutura e os equipamentos a serem utilizados no processo, inclusive para o tratamento dos efluentes provenientes da drenagem pluvial. Discorreu sobre as medidas de prevenção e monitoramento ambiental para as emissões de materiais particulados e águas residuárias. Detalhou o estudo de levantamento de fauna, flora e de percepção ambiental. Apresentou os 22 impactos ambientais identificados e os respectivos programas de controle, mitigação, compensação e/ou de recuperação referentes ao Plano de Gestão Ambiental. Diante do exposto, afirmou que a equipe técnica da consultoria Prominer Projetos Ltda, que elaborou o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, recomenda a sua aprovação, com a emissão pela CETESB da licença prévia para a ampliação do empreendimento. Passou-se a etapa da discussão. **Adriana Abelhão**, da Etc e Tal Associação Ambiental apresentou as seguintes colocações e questionamentos: - que ficou feliz por ter conseguido chegar à Audiência Pública, apesar da pouca divulgação feita na cidade. Afirmou ter se sentido tocada ao ver tantas cadeiras vazias, independentemente da informação disponibilizada na internet; - ao assistir toda essa explanação técnica, tão cheia de planilhas e mapas disse também que via muitos animais mortos, água maltratada e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

misturada com lama e explosões com muita poeira, buracos enormes em lugar das nascentes; - ressentiu-se por não constatar nada sobre educação ambiental; - Comentou que a Associação está se articulando para obter maiores informações e esclarecimentos sobre o RIMA, documento que gostaria de ter mais tempo de ler; - Apontou existir divergência entre o que indica o RIMA e o que foi mencionado ao longo da apresentação com relação ao número de postos de trabalho a serem criados. **Itamir Peres de Carvalho** declarou entender que a Votorantim é bem-vinda à cidade, que é carente de emprego. Mesmo assim levantou os seguintes pontos relacionados ao RIMA: - mostrou estranhamento quanto à descoberta de apenas quatro espécies de répteis e 26 espécies de anfíbios. Considerando tratar-se de área de Mata Atlântica, esperava-se uma diversidade muito maior; - não acredita que, apenas a retirada de animais do local seja a solução; - mostrou-se preocupado com o rebaixamento do lençol freático, tendo em vista o desmatamento que ocorre no entorno, em Itapeperica e o que se passou na Cantareira. Lembrou tratar-se de área importante para proteção da Represa Guarapiranga. Em relação aos pontos levantados, defendeu que se proceda a uma melhor caracterização ambiental, pois duas coletas são insuficientes devido ao porte do projeto apresentado. **Elias Adelino** insistiu na preocupação anteriormente relatada em alterar a vocação da cidade, considerando que ela está 100% inserida em área de preservação ambiental. Refutou a ideia de que a geração de empregos apregoada deva deixar o meio ambiente em segundo ou terceiro plano. Queixou-se pelo fato de não ver ações práticas do Poder Público no sentido de coibir a devastação que temos visto cotidianamente nessa cidade. Sobre os impactos ambientais destacados no RIMA, observou que todos os classificados como de grande impacto são irreversíveis. Ofertou como exemplo, o atropelamento de animais, qualificado no relatório como algo irreversível e que acontece costumeiramente. Também pontuou achar estranho terem sido encontradas somente quatro espécies de répteis, sendo que na escola que trabalha, toda a semana os alunos encontram cobras diferentes, que são trazidas em vidros. Essa descoberta é comum e ocorre no entorno da cidade devido as explosões e grande movimentação de caminhões que afugentam essa fauna para as áreas urbanas. Portanto, afirmou que a criação de 20 empregos não justifica os impactos observados nessa área, que é, inclusive, um corredor ecológico de máxima preservação. Disse não ter ficado claro o suficiente quais áreas serão regeneradas e como será procedida essa regeneração com espécies exóticas, pinos ou eucaliptos, que não garantem a biodiversidade. Tal fato, qualificou como sendo preocupante, o que torna necessário se ofertar maior detalhamento no que diz respeito aos trabalhos para a regeneração dessas áreas. **Paulo Damasceno**, engenheiro de minas e gerente industrial da Unidade Itapeperica da Votorantin Cimentos S/A complementou que o EIA-RIMA ainda encontrava-se disponível na biblioteca desde o dia 21 de novembro, e por sua vez, a audiência foi divulgado na rádio Nativa FM, no Jornal Tribuna 116 e na Folha de São Paulo, e também por meio de carro de som que percorreu todos os cantos do município. **Ciro Terêncio Russomano Ricciardi**, engenheiro de minas e representante da Prominer Projetos Ltda. ofertou os seguintes esclarecimentos que: - os levantamentos foram realizados em campanhas sazonais de acordo com as recomendações da CETESB; - se trata de uma ampliação para um empreendimento que funciona desde a década de 1950, em local totalmente degradado pela retirada de madeira para abastecer a fornalha de locomotivas. Portanto, na década de 60, já se dispunha de uma área totalmente degradada, aonde as pedreiras se instalaram. Ocorreu, no início, um reflorestamento com *Pinus*, que foi erradicado por volta de 2009. A vegetação, incipiente nessa época, foi se tornando cada vez mais protegida, ao passo que nos locais de vegetação exuberante, o arruamento implantado pelo setor produtivo tornou-se, de fato, assustador. Concluiu que a urbanização, de fato é inerente ao ser humano, que é tremendamente devastadora. A área da pedreira, por sua vez, foi se recuperando, se regenerando, até que chegamos em 2017, quando apenas são exercidas as atividades do empreendimento, e se observa a presença de mata. Portanto, foi o próprio empreendimento que favoreceu a recuperação da área; - o PRAD, apresentado em 1990 e aprovado pela CETESB, prevê a recuperação das áreas do depósito de estéril e de outras áreas não utilizadas pelo empreendimento, exclusivamente com espécies nativas, o que de fato foi feito. Atualmente, observa-se uma vegetação forte e representativa no local do antigo depósito de material estéril, conforme se observa na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

documentação fotográfica disponível. Afirmou que o processo de regeneração natural dessas áreas encontra-se em estágio inicial, com espécies nativas da Mata Atlântica; - quanto aos impactos, especificamente o atropelamento, este é categorizado como sendo irreversível, em razão da perda do espécime. Para tanto, existe um programa de educação ambiental para os motoristas usuários da estrada. Tal programa envolve o estabelecimento de limite de velocidade. Lembrou existirem 24 programas para os 22 impactos identificados, sendo que alguns impactos têm até sete programas direcionados e outros, têm pelo menos um programa; - a geração de empregos estará relacionado a escala de produção pretendida para a vida útil da lavra, em torno de 60 anos. Não havendo mais inscritos o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho** passou a palavra para a engenheira agrônoma Maria Cristina Poletto, gerente da Divisão de Avaliação de Empreendimentos Industriais, Minerários e Urbanísticos da CETESB, tecer suas últimas considerações. **Maria Cristina Poletto** informou que o EIA/RIMA do empreendimento estava em análise no seu Setor e ressaltou que a audiência pública é uma fase intermediária muito importante do processo de licenciamento ambiental e que todas as informações oferecidas ao longo da reunião serão consideradas ao longo da análise e da elaboração do Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA apresentado. Informou que os interessados terão ainda cinco (5) dias, a partir da data dessa audiência, para encaminhar à CETESB contribuições de aperfeiçoamento do projeto. Informou também que, depois de elaborado, uma súmula do parecer técnico sobre o EIA/RIMA será enviado ao CONSEMA, que, se julgar necessário, avocará sua apreciação pelo Plenário, instância esta que examinará a viabilidade ou inviabilidade ambiental do empreendimento. Caso considere viável, concederá a licença prévia e remeterá o processo à CETESB, que dará continuidade ao processo de licenciamento. Informou que na fase atual, a CETESB solicitou informações complementares ao interessado. Com relação a solicitação da Secretaria de Meio Ambiente Municipal para que os recursos de compensação ambiental sejam destinados ao Parque Municipal em que pese será definida no âmbito da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, esclareceu que tal o pleito constara do Parecer Técnico da CETESB. O Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas nos termos preconizados pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011, esclareceu uma vez mais que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados após a data da audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Maurício Brusadin**, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira** do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.



1 **Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação de**
2 **atividade de extração de granito”, de responsabilidade da Votorantim Cimentos S/A,**
3 **Processo IMPACTO 321/2014.**

4
5 Realizou-se no dia 16 de novembro de 2023, às 17 horas, no **Auditório da Prefeitura**
6 **Municipal de Itapeverica da Serra - Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 - Parque Paraíso -**
7 **Itapeverica da Serra / SP, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o**
8 **Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação de**
9 **atividade de extração de granito”, de responsabilidade da Votorantim Cimentos S/A,**
10 **Processo IMPACTO 321/2014. Após a abertura dos trabalhos e saudação inicial feita pelo**
11 **Secretário-Executivo do CONSEMA, Anselmo Guimarães, este informou que ainda**
12 **compunha a mesa diretora dos trabalhos Fabio Deodato, representante do órgão**
13 **responsável pelo licenciamento, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb.**
14 **Foi realizada a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o**
15 **desenvolvimento da audiência, pelo Secretário-Executivo do CONSEMA, com os**
16 **esclarecimentos pelo representante da Cetesb Fabio Deodato, sobre o processo objeto da**
17 **Audiência Pública, passando-se, a seguir, às exposições sobre o assunto em questão, com a**
18 **fala de Juliano Kuster Anjos, Jaqueline Santana e Carolina Moreira Meira,**
19 **representantes da Votorantim Cimentos, seguido por Adriana Barbosa, da Prominer, que**
20 **efetuaram a apresentação do projeto e do estudo técnico em discussão. Finalizadas as**
21 **exposições, passou-se ao momento destinado às falas dos oradores inscritos, fase da qual**
22 **participaram o Professor Elias Adelino Framesqui, representando a Apeoesp de**
23 **Itapeverica da Serra; Osni de Mello, representando a Associação Paulista de Engenheiros**
24 **de Minas; Reinaldo Florêncio Dias, da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; Adriana**
25 **Abelhão, representando a entidade Preservar Ambiental de Itapeverica da Serra; José**
26 **Carlos “Zeca” Oliveira da Silva, representando a rede Agroecologia Biodiversa; Os**
27 **cidadãos e cidadãs Larissa Vitória Vieira da Silva, Elizabete Maciel Dias e Fábio**
28 **Andrade da Silva; Luciana Barbosa, integrante do Mandato Coletivo do Vereador Fabio**
29 **Santana; João Eduardo Canova, conselheiro do Conselho Municipal de São Lourenço da**
30 **Serra. Encerrada a participação dos representantes do Plenário, passou-se à etapa das**
31 **respostas e comentários, por Carolina Moreira Meira da Votorantim Cimentos, Ciro**
32 **Terêncio Russomano Ricciardi e Adriana Barbosa, da Prominer. Seguiram-se os**
33 **comentários finais, feitos por Fabio Deodato, representante da Cetesb. O Secretário-**
34 **Executivo, Anselmo Guimarães, após constatar e informar que todas as etapas da**
35 **audiência haviam sido regularmente cumpridas, agradeceu a presença de todos e declarou**
36 **encerrados os trabalhos da audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição integral das**
37 **falas. Eu, Anselmo Guimarães de Oliveira, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e**
38 **assino a presente ata.**

Transcrição da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação de atividade de extração de granito”, de responsabilidade da Votorantim Cimentos S/A, Processo IMPACTO 321/2014.

- Anselmo Guimarães - Presidente da audiência: “Boa noite a todos, declaro aberto os trabalhos dessa audiência pública. Hoje os trabalhos dessa audiência pública que é conduzida pelo CONSEMA, vão debater o estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto ao meio ambiente do empreendimento, para a ampliação da atividade de extração de granito de responsabilidade da Votorantim Cimentos. São os trabalhos a mesa diretora que é composta pelo secretário executivo do CONSEMA um representante da CETESB que hoje está aqui comigo o Fábio Deodato da CETESB Muito obrigado pela participação. E caso haja Conselheiros do CONSEMA aqui na audiência pública eles poderiam também compor a mesa dos trabalhos. Bom, o CONSEMA é o principal órgão consultivo normativo e recursal integrante do sistema ambiental Paulista, cujas atribuições estão conferidas pela própria Constituição do Estado de São Paulo e o CONSEMA possui como principais atribuições estabelecer normas relativas à avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente, avaliar políticas ambientais de relevante interesse, apreciar o EIA/Rima que são os estudos de impacto ambiental e se manifestar sobre a instituição de unidades de conservação, zoneamentos e planos de manejo. Possui como uma das principais atribuições conduzir as audiências públicas no âmbito do Estado de São Paulo referente a questões relacionadas a meio ambiente, as audiências públicas do CONSEMA a legislação que prevê é a lei estadual número 9509 de 97 que é a política estadual do meio ambiente, a lei estadual número 13507 de 2009 que dispõe sobre o funcionamento do CONSEMA e também a deliberação normativa CONSEMA número 1 de 2011 que possui as regras para convocação e realização das audiências públicas. As audiências públicas conduzidas pelo CONSEMA têm como definição ser eventos abertos públicos, onde são apresentados os aspectos ambientais da proposta ou do projeto a todos. Tem como objetivo dirimir dúvidas e conhecer a opinião da sociedade recolhendo críticas e sugestões sobre processos de licenciamento ambiental sujeitos, o EIA/RIMA, a criação ou alteração de unidades de conservação zoneamento Ecológico, econômico e outras questões de interesse ambiental. Na forma da lei, o edital de convocação da presente audiência pública foi publicado no Diário Oficial do Estado e tendo sido feita a divulgação na mídia pelo proponente, são obrigatórias no mínimo três inserções em cada um dos veículos de comunicação, sendo eles jornal de grande circulação no estado, mídias regionais e locais. Eu como secretário executivo do CONSEMA, possuo a função regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e garantir a fala dos interessados de modo democrático e organizado, os registros dos trabalhos serão feitos em áudio vídeo, imagens e conterão registros por escrito que terão data, hora e local. E a síntese da fala dos participantes com relação ao desenvolvimento dos trabalhos o CONSEMA definiu a divisão em três partes da audiência pública; na primeira parte nós teremos a apresentação dos estudos e da proposta, então serão conferidos momentos para o empreendedor e para o consultor respectivamente fazerem a sua explanação Inicial, o segundo momento é a participação do plenário dos interessados e interessadas devidamente inscritos aqui e o terceiro momento que são as respostas e comentários onde nós convidaremos novamente o empreendedor e o consultor para que possam aqui se manifestar acerca daquilo que foi colocado na audiência pública. Assim encerram 60 minutos a partir da abertura da audiência pública, ou seja, nós iniciamos às 17:10 minutos, então as inscrições se encerrarão às 18:10, as falas serão feitas no intervalo de tempo de acordo com a ordem de inscrição e de acordo com o segmento de representação que nós vamos falar daqui a pouco, sendo vedada a duplicidade de manifestação, então com relação à primeira parte a apresentação sobre a proposta será feita pelo proponente que são os representantes do Empreendedor. Para isso, ele terá um tempo de até 15 minutos e ele pode compor esse tempo com os representantes da equipe responsável pelo estudo técnico, que são conferidos 30 minutos para fazer essa exposição. A segunda parte, que é a parte mais importante da audiência pública, onde são registrados aqui as manifestações dos interessados, interessadas,

cidadãos representantes de entidades não governamentais, órgãos governamentais, Ministério Público, poder judiciário e tudo aquilo que puder ser aqui registrado na audiência pública que possa contribuir com o processo então nessa parte. Abre-se com o representante do Ministério Público que tem 5 minutos fazer uso da palavra, depois representantes de entidades da sociedade civil, cada um deles terá 5 minutos, na sequência pessoas físicas, ou seja, cidadãos ou cidadãs que não estão aqui necessariamente representando alguma entidade, cada um deles terá 3 minutos e a seguir representantes de órgãos ou entidades públicos, membros de conselhos de Meio Ambiente, parlamentares e se encerra esse bloco com representantes do Poder Executivo, cada um deles por 5 minutos. A terceira parte são as respostas e comentários, então o empreendedor terá até 15 minutos e o representante da equipe responsável pela elaboração do estudo técnico terá também 15 minutos para poder fazer as respostas, comentários e tentar esclarecer as dúvidas. Aqui nesse momento, aquilo que foi colocado na audiência pública caso houvesse Conselheiros do CONSEMA aqui presentes, teriam até 10 minutos para fazer suas considerações e os encerramentos com os comentários do representante da CETESB. Após o término da audiência pública outras considerações podem ser encaminhadas por escrito para esse e-mail que está na tela, em até 5 dias úteis, o e-mail é consema@sp.gov.br. Encaminhamento de quaisquer documentos, quaisquer manifestações que sobrevierem mesmo após a audiência pública podem ser encaminhados para o CONSEMA, que eles serão encaminhados para o órgão licenciador. Dito isso, já cumprimento aqui o Fábio Deodato, que representa a CETESB e eu gostaria então de abrir a palavra para as suas considerações iniciais. Muito obrigado!”

- **Fábio Deodato CETESB:** “Boa tarde a todos! meu nome é Fábio, eu sou do setor de licenciamento de empreendimentos industriais, agroindustriais e minerários da CETESB, que é o setor responsável pela análise deste EIA/RIMA. Gostaria de destacar que a audiência pública é uma fase obrigatória do processo de licenciamento ambiental. Por meio de EIA/RIMA é uma fase, como Anselmo já falou, é uma fase muito importante do processo de licenciamento, que é esse momento de colher novas informações sobre o projeto e contribuições da sociedade. Gostaria de ressaltar que todas as informações geradas aqui nessa audiência hoje, serão consideradas pela nossa equipe para a análise do EIA/RIMA. Para concluir, gostaria de ressaltar também que essa aqui é a segunda audiência pública desse empreendimento, foi uma decisão da CETESB convocar a realização dessa segunda audiência. Esse projeto, ele já passou por umas duas ou três alterações e o EIA/RIMA foi revisto pelo menos umas três vezes também. Então a CETESB achou importante, divulgar qual que é realmente o projeto que está sendo licenciado. Agora houve muitos questionamentos, muita confusão sobre o que era o projeto Inicial e o que era o projeto atual. Então a CETESB achou por bem, realizar mais uma audiência pública para haver essa oportunidade de esclarecimentos e apresentar qual que é realmente o projeto que está sendo objeto de licenciamento lá na CETESB. Então passadas essas primeiras considerações, eu devolvo a palavra aqui pro Anselmo e desejo uma boa audiência para todos aqui hoje.”

- **Anselmo Guimarães - Presidente da audiência:** “Obrigado Fábio Deodato pela participação e pelos esclarecimentos. Gostaria de fazer alguns registros aqui; capacidade do recinto é de 170 pessoas sentadas e o CONSEMA prevê a obrigatoriedade de que a lotação dos recintos, até para poder ter a integridade física de todos, tem que respeitar essa carga esse limite. Mas nós também solicitamos que fosse disponibilizado um espaço externo, onde está sendo feita a transmissão de tudo que está acontecendo aqui dentro. Aqueles que tiverem interesse, mesmo estando lá fora, no espaço da quadra que queiram fazer uso da palavra, peço que se inscreva e no momento propício nós vamos chamar para que venha até aqui na frente para fazer sua exposição. Outro esclarecimento que nós fazemos aqui, é que se trata de uma reconvocação dessa audiência pública, no sentido de que havíamos convocado no mês de março de 2023 a audiência, mas acabou tendo sido suspensa nessa ocasião por questões técnicas e agora nós retomamos, por isso que o edital coloca como edital de reconvocação de audiência pública. Dito isso, agradeço a

participação de todos e vamos passar então à fase das exposições, gostaria de chamar inicialmente os representantes do empreendedor para fazer a exposição Inicial, então nós chamamos aqui Juliano Kuster Anjos gerente de operações da Votorantim Cimentos, a Jaqueline consultora de transformação social e a Carolina Moreira Meira consultora de Meio Ambiente. Chamamos para vir até aqui na frente para fazer a exposição Inicial.”

- Juliano Kuster Anjos (Gerente de Operações da Votorantim Cimentos da unidade de Itapecerica da Serra/SP): “Obrigado às autoridades aqui presentes. Agradeço a presença e sejam muito bem-vindos! Comunidade de Itapecerica da Serra, é um prazer recebê-los aqui conosco. Eu sou o Juliano, gerente de operações, respondo pela unidade de Itapecerica e darei início à nossa apresentação. A Votorantim está com a gente há mais de 80 anos, disciplina mais de 80 anos de história, expandindo os nossos negócios. É importante dizer que somos uma empresa de materiais de construção de soluções sustentáveis, buscando soluções e iniciativas que gerem impacto positivo para a companhia e para a sociedade. No portfólio da Votorantim, nós temos cimento, concreto, plastificante, argamassa, acabamentos, coprocessamento e agregados, que é um foco da companhia. No Brasil hoje nós temos 160 unidades em operação, contemplando também o centro de distribuição e oito unidades de agregados. Firmamos um compromisso de concreto neutro em carbono até 2050, que é extremamente importante ressaltar. Na pedreira de Itapecerica da Serra, são 70 anos de exploração, como Votorantim Cimentos desde 2008, ou seja, 15 anos de exploração. Temos a capacidade de produção de 125.000 Toneladas por mês e produzimos Areia de granito, Areia de brita, brita corrida, rachão graúdo e pedrisco. Em Itapecerica da Serra somos 60 funcionários próprios, 13 terceirizados e desses 60 funcionários, 50 são residentes da cidade. 10% aproximadamente do nosso quadro de funcionários são mulheres. Temos dois PCDs no quadro e damos oportunidades a menores aprendizes. Isso é um pouco da nossa história em Itapecerica da Serra.”

- Jaqueline Santana (Transformação Social): “Boa tarde a todos. Meu nome é Jaqueline. Vou dar continuidade à apresentação, trazendo para vocês a nossa estratégia social, que é construída através de processos de escuta com os nossos vizinhos e demais partes interessadas. E essa estratégia, que é voltada para Itapecerica da Serra, se concentra em três eixos, basicamente sendo cidadania, educação e cultura. Alguns exemplos são Cine Autorama, nosso plano de relacionamento, que engloba também as nossas ações de voluntariado e um projeto voltado para a Juventude de Itapecerica da Serra, focado no fomento dessa cidadania e proatividade desses jovens. Para 2024, temos aqui alguns projetos previstos, voltados para infância e Juventude também e inclusive esse é um projeto que a gente se orgulha muito, porque todas as nossas unidades do Brasil estão voltadas e se esforçam para que a gente consiga arrecadar mais fundos que vão ser investidos em Itapecerica da Serra. Temos também um projeto voltado para a geração de renda que vai atuar na cadeia de reciclagem. E dando continuidade ao nosso programa de relacionamento, vamos manter o plano de relacionamento que envolve os nossos empregados como voluntários da cidade e o programa de portas abertas que recebe a comunidade também nas nossas operações para fortalecer e ampliar ainda mais esse relacionamento. A nossa proposta também quer implementar um conselho comunitário.”

-Carolina Moreira Meira (responsável pelo licenciamento ambiental): “Boa tarde a todos, eu sou a Carol, responsável pelo licenciamento ambiental e bem como o Fábio Deodato falou, esse processo de licenciamento começou lá em 2014 e ele sofreu evoluções significativas ao longo dos anos. No projeto inicial de 2014 nós prevíamos um aumento da capacidade de produção, essa previsão era de dobrar a nossa capacidade e com isso nós teríamos um impacto de supressão de vegetação de 33 hectares. Já no nosso projeto atual de 2023, a redução é de 66% em relação ao projeto inicial de 2014. Uma redução bem significativa, então de 33 hectares vai para 11 hectares de supressão de vegetação. E nesse projeto atual não teremos o aumento da produção, a

manutenção dos nossos empregos, sem máquinas adicionais, sem aumento de desmontes de rochas, sem aumento do consumo de Diesel, sem o aumento de consumo de água e sem o aumento do consumo de energia. Esse projeto, a gente prevê 29 anos de vida útil, sendo que o projeto de 2014, a previsão era aumentar para 63 anos de vida útil e dobrar a capacidade de produção. Então, em relação a reservas, é um quarto em relação a 2014. E nesse projeto, nós não teremos um aumento de fluxo de caminhões, não terá intervenção em APP e sem nenhuma intervenção em nascentes. Então é um projeto bem menor em relação ao anterior e para explicar melhor esse projeto eu convido a Adriana da empresa Prominer, que foi a consultoria contratada para conduzir esse projeto de licenciamento.”

-Adriana Barbosa (Empresa Prominer responsável pela elaboração do projeto de licenciamento): “Boa tarde! eu me chamo Adriana, faço parte da Prominer que é a empresa responsável pela elaboração do estudo e do relatório de impacto ambiental apresentado para ser tese para o licenciamento da ampliação da pedreira de granito da Votorantim aqui em Itapecerica da Serra. Essa apresentação tem como objetivo apresentar as informações do processo de licenciamento para uma compreensão por todos aqui presentes e a melhor participação de vocês dentro dessa audiência pública. Esse é o roteiro da minha apresentação, ele segue praticamente a estrutura do EIA/RIMA apresentado, vou iniciar com alguns conceitos para melhor entendimento de toda a apresentação que vai ser feita aqui hoje. Mineração é o termo dado para remoção de depósitos e materiais no solo com fins de aproveitamento econômico, então é a extração desses materiais que são os minérios para comercialização, a partir da remoção desses minérios no solo é que você consegue abastecer mercados industriais da agricultura e da própria construção civil, promovendo então o progresso e desenvolvimento das civilizações. O granito é um minério de importância aqui para Votorantim na pedreira aqui de Itapecerica da Serra, ele é uma rocha magmática proveniente do resfriamento do magma do centro da terra e seus principais usos, conhecidos até pela população, a gente tem revestimentos de fachada, de bancadas, de pisos e o uso como agregado dentro de blocos de concreto, de argamassa e até mesmo de pavimentações. Vou explicar um pouquinho o que que é estéreo, que também faz parte do licenciamento aqui da Pedreira da Votorantim. Material estéreo é tudo que não é aproveitado a partir da extração do minério, então a gente tem como minério o granito que é a rocha presente na área de extração da Votorantim, essa é uma foto inclusive de lá e o material estéreo é simplesmente esse material terroso que recobre o granito e que tem que ser removido para se acessar o minério, então é um material terroso, seco, sem periculosidade e o manuseio desse material se assemelha muito com o manuseio de uma obra de terraplanagem, é feita uma escavação com escavadeiras hidráulicas, o carregamento em caminhões e a deposição em uma área devidamente estabelecida para ela, que é o depósito de estéreo. O depósito de estéreo então, tem a conformação em platôs e também se assemelha muito com uma obra de terraplanagem, é importante diferenciar estéreo de rejeito. Começo falando que na pedreira de granito da Votorantim não tem previsão de geração de rejeitos. Rejeitos são subprodutos do beneficiamento que não são comercializados, sejam eles secos ou úmidos, mas não tem previsão de geração de rejeitos na pedreira de granito aqui da Votorantim em Itapecerica da Serra, somente de estéreo. Bom, falando um pouquinho sobre o que é o licenciamento ambiental, já foi né, introduzido isso pelo pessoal do CONSEMA e da CETESB, é um procedimento por meio do qual a o órgão regulador licenciador, no caso da CETESB, tem o conhecimento do empreendimento, tem o conhecimento da previsão de impactos a serem gerados nesse empreendimento e por meio desse processo ele consegue analisar e definir se o empreendimento é viável ou não e o empreendedor busca uma autorização que é concedida pela CETESB, nesse caso que é a licença ambiental. Partindo um pouquinho aqui pros conceitos, o que é o EIA/RIMA? para alguns tipos de empreendimento, a partir do seu porte ou seu potencial poluidor, é exigido o EIA/RIMA, que é o caso aqui da ação da pedreira de granito de Itapecerica da Serra da Votorantim Cimentos, então é um relatório técnico que apresenta toda caracterização do empreendimento, o diagnóstico ambiental que é o status do

meio ambiente, faz uma avaliação de impactos que prevê também a proposta de um plano de gestão para a mitigação e redução desses impactos. o RIMA é um resumo do EIA, ele é uma síntese do EIA e apresentado numa linguagem mais acessível para a compreensão de qualquer uma das partes interessadas da comunidade, do entorno ou que tem interesse em avaliar e se posicionar em relação a esse empreendimento. Devido à complexidade desse estudo, fez parte da equipe que elaborou esse EIA/RIMA mais de 25 profissionais, uma equipe multidisciplinar, entre engenheiros, geólogos, sociólogos e biólogos para elaboração desse estudo e para atender todo o termo de referência que é estabelecido pela CETESB. Falando um pouquinho sobre a caracterização do empreendimento, iniciando aqui pela contextualização geográfica, uma situação aonde se encontra a Pedreira de granito da Votorantim Cimentos, nesse círculo amarelo a gente tem o empreendimento já em operação e essa delimitação em branco a região metropolitana de São Paulo, então em azul a gente tem a delimitação das áreas de proteção aos Mananciais, então o empreendimento está inserido em APM e em amarelo a gente tem a área de proteção e recuperação dos Mananciais do Guarapiranga APRMG, então olhando um pouquinho mais de perto, a gente tem o empreendimento da Votorantim nesse círculo amarelo. Eu vou contextualizar em relação à infraestrutura urbana que existe aqui no entorno. A leste a gente tem o Rodoanel e a oeste a gente tem a BR116, em vermelho o avanço da Mancha Urbana e da região metropolitana de São Paulo, em azul destaque para dois Mananciais a Billings e a Guarapiranga e aqui em destaque nessas setas, os centros urbanos mais próximos; Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra e em Embu Guaçu. O empreendimento atualmente em operação da Votorantim opera em conformidade com três autorizações da ANM, que é Agência Nacional de Mineração e a ampliação vai avançar em outras duas autorizações, entre outros dois processos minerários que estão em requerimento de Lavra em relação a regularização ambiental. A Votorantim Cimentos detém uma licença de operação válida até 2025, reforçando o que foi dito pela equipe da Votorantim, o empreendimento se encontra em operação há 70 anos e nesses últimos 15 anos operados pela Votorantim e nesses 70 anos o empreendimento vem proporcionando aí o abastecimento de brita para o mercado da construção civil da região metropolitana de São Paulo. Falando um pouquinho sobre as motivações e as justificativas para ampliação desse empreendimento da Votorantim Cimentos em Itapecerica da Serra, a produção de brita da unidade de Itapecerica da Serra, ela abastece cerca de 5% do mercado consumidor de brita da região metropolitana de São Paulo. É um valor super significativo que foi estabelecido aí pela ANEPAC, que é uma agência, uma associação de empreendimentos aos produtores de brita de um dado de 2022, super recente. Então a ampliação desse empreendimento vai proporcionar a continuidade da operação por mais 29 anos, vai proporcionar a continuidade do abastecimento de brita para o mercado da construção civil aqui da região metropolitana de São Paulo e a manutenção de 73 empregos, sendo eles 60 empregos, profissionais contratados pela Votorantim e 13 terceirizados. Falando um pouquinho sobre o histórico desse licenciamento, é importante porque alguns de vocês inclusive estiveram aqui em 2017 na primeira audiência pública e tiveram também acesso ao processo. O processo se iniciou em 2014 com a apresentação do EIA/RIMA, após uma revisão do projeto de Lavra provocada inclusive pela própria Votorantim, houve uma primeira revisão em 2016 do EIA/RIMA, em 2017 houve outra revisão do projeto, que foi o projeto apresentado na audiência pública aqui em dezembro de 2017 e na sequência da audiência pública foi feita uma segunda revisão do EIA/RIMA para consolidação dessas informações, que foram apresentadas em dezembro de 2017. Em 2021 houve uma exigência da CETESB para redução de algumas intervenções em APM, que foi atendida com uma revisão realizada em 2022 e a terceira revisão do EIA/RIMA em janeiro de 2023 por conta de uma nova exigência de atualização dos diagnósticos ambientais, principalmente relacionados à fauna né, aos animais e a flora a vegetação. Passados esses 10 anos desde o início do processo, em 2023, agora em setembro foi apresentada a quarta revisão do EIA/RIMA que é o Projeto aqui em análise, que vai ser apresentado em detalhes nessa apresentação. Então reforçando agora em imagens, essa é a versão do EIA/RIMA que foi apresentado em 2014, em azul pontilhado a gente tem as áreas de Lavra, em azul contínuo

depósito de estéreo, em amarelo a britagem e em verde a gente tem a ação das intervenções florestais na época dimensionado. Então eu vou passar pra frente até aqui em 2017 onde houve uma redução significativa, principalmente na área da Bacia do Guarapiranga, que é essa área porção leste à direita do slide e agora o projeto em análise houve uma redução mais significativa ainda, o avanço a norte da cava da área de extração de granito foi reduzido, também é importante a gente passar por essas avaliações para vocês entenderem que esse é o projeto em análise, esse é o Projeto apresentado no processo de licenciamento, esse vai ser o processo discutido aqui nessa audiência e também discutido na análise da CETESB. Então uma última comparação né os três, os três formatos juntos na direita os superados, e na esquerda o em análise, uma última comparação interessante é a redução das áreas de intervenção desde 2014 para o projeto de agora, essas comparações foram feitas de forma exaustiva aí no EIA/RIMA, para ficar claro também, qual é o objeto em licenciamento para CETESB. Nesses círculos em azul a gente tem uma representação do que seria o empreendimento em licenciamento em 2014, em verde o licenciamento de 2018, em roxo o objeto aqui dessa apresentação e que tá em análise na CETESB. Então com a redução da ampliação de Lavra, que antes representava 29 Hectares e hoje representa só 12 Hectares, né uma redução de cerca de 40% da ampliação, houve também uma redução das reservas minerárias, então a quantidade de minério a ser extraída nos próximos anos, a ser licenciado foi reduzida, conseqüentemente uma redução da vida útil e com a redução dessa área de interferência e do empreendimento, houve uma redução da supressão que inicialmente tinha uma previsão de 33 Hectares de supressão e agora só de 11 Hectares, então por fim esse é o Projeto em análise, parece repetitivo mas é importante para vocês terem claro qual é o processo que tá sendo licenciado e que tá sendo apresentado aqui. Então, reforçando também uma fala do pessoal da Votorantim, não tem intervenção em Nascente né, que são essas áreas em Siano verde água representadas nessa figura todas elas que foram que constam na região estão sendo preservadas não tem intervenção em curso d'água em Rio ou em córrego, não tem intervenção em nascente, nem APP, não tem intervenção em área de mata de primeira categoria, que é uma delimitação e uma legislação da APM, não tem previsão de rejeito da mineração, como eu iniciei a minha fala dos conceitos, conseqüentemente não tem necessidade de barragem de rejeito de mineração e também nem de água, não há necessidade de barragem de água, não há barragens no empreendimento da Votorantim aqui em Itapecerica da Serra, não tem supressão de vegetação na área da Bacia do Guarapiranga. Existe uma restrição ambiental para lá também em estágio médio e avançado de regeneração, a supressão fica restrita ao estágio Inicial, não tem ampliação da produção e por não ter necessidade de novos equipamentos, incremento do tráfico de caminhões para expedição desse produto, não tem incremento de emissão de ruído, não tem incremento de emissão de vibração ou de consumo de água, nem de energia. Agora falando em detalhe, o objeto aqui do licenciamento, a propriedade da Votorantim da unidade de Itapecerica da Serra está desenhada aqui, destacada em branco toda a área de ampliação está restrita à propriedade da unidade. Essas são as áreas de reserva legal instituídas há mais de duas décadas e que constam nas matrículas inclusive, atendem o código florestal e serão preservadas. Agora uma comparação do que tem licenciado e o que vai ser ampliado, essa é a área de Lavra, licenciada que tem cerca de 28 Hectares e a área de extração ao final da Ampliação vai conformar 40 hectares, além da Ampliação horizontal tem a previsão de rebaixamento do piso da cava em 60 Metros, hoje o piso está na cota 760 e vai ter um aprofundamento até a cota 700, isso vai proporcionar a remoção de cerca de 18 milhões de metros cúbicos de granito que vão ser britados e expedidos para a região metropolitana de São Paulo. Em relação ao depósito de estéreo, como eu disse no começo na apresentação dos conceitos, para acessar o granito é necessário remover uma camada de material terroso que recobre o granito, semelhante ao saibro é uma terra mesmo que precisa ser acondicionado em algum lugar, um local adequado e projetado seguindo normas ABNT NBR e foi projetado um depósito estéreo que ocupa hoje essa configuração e que vai ocupar cerca de 14 Hectares ao final da vida útil. Além disso, a britagem ela vai ser relocada no primeiro momento para dentro da área de extração,

inclusive porque tem uma previsão de avanço da área de extração em cima da área da britagem e essa foi uma alternativa tendo em vista as restrições florestais e de APM para avançar a área de mineração, ampliar as reservas minerárias, permitir a continuidade do empreendimento, mas reduzir os impactos. Então vai ter uma relocação da britagem para dentro da cava, apesar da relocação da britagem, um reforço que vai ter a manutenção da produção em 125.000 toneladas por mês e isso vai resultar em uma vida útil de 29 anos. É importante reforçar que esses processos de empreendimento de mineração, eles são comuns, essas revisões são comuns para esses licenciamentos porque tem toda a participação da comunidade, do entorno, uma análise detalhada da equipe da CETESB e em conjunto o empreendimento, a empresa responsável pela elaboração dos relatórios, a própria CETESB e as partes interessadas do entorno chegam-se em uma configuração mais adequada do projeto em análise. Agora, depois que apresentei esses conceitos, fica um pouquinho mais fácil de vocês entenderem como funciona o empreendimento e esse fluxograma. Vou passar cada etapa em detalhe, então primeiro tem a remoção do solo orgânico que vai ser utilizado imediatamente nas atividades de recuperação, seja das de depósito de estéreo que já tenham atingido sua configuração final ou das bancadas superiores da cava e na sequência da remoção do solo orgânico remove-se o estéreo que é o material terroso que recobre o granito, então reforçando o material estéreo ele é um representando aqui o depósito de estéreo da Votorantim hoje em operação que vai ser ampliado. O estéreo é um material seco sem periculosidade que tem um caráter terroso, seu manuseio dentro de um empreendimento de mineração se assemelha muito com uma obra de terraplanagem, ele vai ser removido por escavação mecânica, escavadeiras hidráulicas, vai ser transportado em caminhões basculantes e vai ser disposto numa pilha que vai conformar platô, então tem um aspecto bem parecido com uma obra por exemplo de corte aterro de uma estrada com isso acessando o granito. Por ele ter uma dureza maior uma rocha competente, faz-se necessário um desmonte com uso de explosivos, que segue também uma série de normas, dentre elas normas da CETESB, normas do exército e normas da Agência Nacional de Mineração. O granito desmontado é carregado por escavadeiras em caminhões basculantes que vão realizar o transporte do minério utilizando somente acessos internos, todos inseridos dentro da propriedade da Votorantim até a área de britagem. A britagem do granito é a cominação do granito, que é a redução de rochas de grandes tamanhos em rochas menores, conformando as britas de diversas granulometrias, como reportado aí pelo representante da Votorantim. Então grandes moedores de rocha, que são os denominados britadores, diminuem aí o tamanho de dessas rochas de granito e alguns separadores, que são as peneiras eles definem cada pilha de produto da Votorantim, é importante reforçar que é um processo totalmente a Seco, não tem geração de nenhum tipo de rejeito nesse beneficiamento e a água utilizada no beneficiamento é exclusivamente utilizada para aspersão na britagem, que é um chuveiro de água em cima das dos equipamentos de britagem, para minimizar ou eliminar a emissão de material particulado. Então os produtos produzidos em diversas granulometrias são carregados por carregadeiras e expedidos em caminhões basculantes, para todo o mercado da região metropolitana principalmente aqui na região sul da região metropolitana. Agora uma evolução do projeto de Lavra, na esquerda a gente tem uma visão oblíqua e na direita a gente tem uma visão vertical do terreno na situação atual, então no meio dessa vida útil mais ou menos no 12º Ano da ampliação desse empreendimento a gente tem o aprofundamento da cava e o avanço horizontal da britagem e esse polígono em azul, verde água, que está dentro da cava, como eu tinha reportado anteriormente, o depósito de estéreo atinge sua configuração final aí em amarelo e para a situação final a gente tem a relocação da britagem para porção leste da propriedade em verde e o aprofundamento da cava resultando na remoção de 18 milhões de metros cúbicos de granito. Toda a infraestrutura da Pedreira da Votorantim aqui em Itapecerica, ela já está instalada e licenciada e consegue atender a ampliação pretendida, afinal não é previsto o aumento de produção e é prevista a manutenção do quadro de funcionários, então toda a estrutura de portaria, expedição, manutenção de veículos, já está instalada e licenciada e não precisa de nenhum tipo de ampliação. Aqui tem mais exemplos de estruturas administrativas de captação de água, que tá

outorgada pelo DAE e que não tem nenhuma previsão de aumento do consumo de água. E por fim algumas medidas de controle, a gente o empreendimento em área de proteção aos Mananciais, então demanda um cuidado excessivo em relação à qualidade da água do entorno. A Votorantim já detém sistemas de tratamento e de efluentes sanitários, que são compostos por fossas sépticas, filtros e sumidouros como está representado no número dois desse slide, que recentemente foram reformadas e contam com um sistema de separação de água e tratamento de efluentes gerados na manutenção e na lavagem de veículos. Esses efluentes são reticulados, eles não são lançados em nenhum tipo de curso d'água da região, então garante-se assim que os efluentes são tratados de forma adequada e garante-se a qualidade da água no entorno da região. Falando um pouquinho sobre as alternativas, faz parte do estudo ambiental você avaliar quais são as melhores alternativas pro seu empreendimento ser implantado, em relação principalmente às alternativas para implantação do depósito de estéreo. Foi feito um estudo onde foram estudadas cerca de 12 alternativas locais para disposição de estéreo no entorno da a pedreira de granito, inclusive alternativas fora da propriedade da Votorantim e muito relacionado ao transporte desse eventual estéreo para fora da propriedade, que geraria emissão de material particulado, geraria ruído, geraria trânsito né, tráfego de veículos, a alternativa escolhida ficou dentro da propriedade da Votorantim que é essa alternativa 12. Partindo agora para o diagnóstico ambiental, eu vou falar um pouquinho sobre o diagnóstico do meio físico, que representa o solo, a água e o clima passando pelo meio biótico, a parte de fauna que são os animais e a Flora que a vegetação e pelo meio antrópico que são todas essas ocupações humanas, como elas se interagem com o meio. Então para o meio físico, uma equipe formada por geógrafos, geólogos e engenheiros, esteve em campo para mapear alguns temas relacionados ao meio físico, dentre eles a geologia foi evidenciada na presença do granito em Itapecerica que é essa foto aqui, que está localizada na porção esquerda do slide. Foi feito o diagnóstico de geomorfologia que caracteriza a formação do terreno, foi feito o diagnóstico de pedologia que é a classificação e a caracterização dos solos ocorrentes na região e o diagnóstico de espeleologia que caracteriza a ocorrência ou a presença de cavidades que são cavernas. No caso do diagnóstico de espeleologia feito aqui na pedreira de Itapecerica da Votorantim, não há nenhuma presença de cavidade, seja na propriedade, seja no entorno do empreendimento. Então como a gente vem falando, o empreendimento está inserido em área de proteção aos Mananciais e foi uma atenção profunda em relação aos recursos hídricos e para garantir a qualidade seja dos recursos hídricos, subterrâneos ou superficiais, foi feito um estudo de hidrogeologia que corresponde aos recursos hídricos superficiais, foi determinado por meio da execução de sete pontos de monitoramento, como que se comportaria as águas subterrâneas aqui na região resultando nesse mapa, que é o mapa potencio métrico localizado aqui à direita de vocês. O aquífero que ocorre mais relevante aqui na área da pedreira de granito da Votorantim é o aquífero superficial, que ocorre no contato entre o solo e a rocha, ele é abastecido pelas águas de chuva. O aquífero subterrâneo confinado, né o aquífero que vocês buscam quando executam um poço por exemplo, ele está preservado, porque a gente tá falando da rocha granítica, que é uma rocha competente e impermeável, isso se evidencia quando a gente olha a cava de granito da pedreira, não tem nenhuma presença de surgência de água na infraestrutura pedreira de granito da Votorantim. Com relação à qualidade das águas subterrâneas, tanto em 2014 quanto em 2023, foram feitas coletas de qualidade dessas águas em quatro pontos no entorno do empreendimento, sendo que um deles inclusive é o próprio poço outorgado pelo DAE. Dentro da unidade de Itapecerica da Serra foi feita a análise de qualidade das águas superficiais e é importante reforçar, o empreendimento opera há 70 anos e pela Votorantim é operado nos últimos 15 anos, existe uma apresentação anual de relatórios de qualidade da água, de níveis de ruído, de vibração e de qualidade do ar que compõe um relatório, chamado relatório de desempenho ambiental e dentre os resultados de qualidade da água se evidencia que a operação do empreendimento nesses últimos 20 anos de monitoramento, não altera a qualidade da água da região. Então com relação à qualidade do ar, o principal aspecto a ser avaliado é a emissão de material particulado, ou de partículas totais em suspensão ele é

monitorado por meio de um grande aspirador, que é o High, esse equipamento tá na porção esquerda inferior do slide, que suga o ar e retém em um filtro de material particulado, ou a poeira, e existem limites estabelecidos pela legislação pra emissão de material particulado. Os resultados desse monitoramento aqui estão indicados em azul nesses gráficos à direita e o limite estabelecido pela legislação em verde, então evidencia-se que apesar de haver emissão de material particulado, essa emissão fica dentro dos limites estabelecidos pela legislação, semelhante a qualidade do ar. A gente tem o monitoramento dos níveis de ruído que também vem sendo executado nos últimos 20 anos, os resultados de 2016 2020, 2023 semelhante à qualidade do ar, os resultados estão indicados em azul e os níveis máximos de emissão estão nessa linha verde. De novo os resultados ficaram dentro dos limites máximos permitidos pela legislação. O monitoramento é feito com o uso de um grande microfone, é o sonômetro que está indicado aqui nessa foto à esquerda. Com relação à vibração, a gente segue nessa mesma linha, temos resultados aí dos últimos 20 anos de operação. Tem dois limites estabelecidos pela legislação em verde, aqui nessa tabela a gente tem a norma da CETESB e embaixo a norma da ABNT, nesse exemplo em três pontos de vibração H em um dos desmontes realizados em 2023 todos os parâmetros ficaram dentro dos limites estabelecidos. Esse daqui é uma representação geográfica dos pontos de monitoramento, do plano de gestão, do plano de monitoramento ambiental que já está sendo executado pela Votorantim nas últimas duas décadas. Em azul na porção esquerda superior, as águas superficiais, em rosa ali na porção direita superior os níveis de ruído, aqui na porção esquerda inferior os pontos de vibração e na porção direita a inferior a qualidade do ar. Então todo o entorno e os receptores críticos, que são os moradores mais próximos do empreendimento, estão sendo monitorados para esses aspectos. Passando agora, para o diagnóstico do meio biótico, iniciando a avaliação da flora, que é a avaliação da vegetação, a propriedade está inserida no bioma mata atlântica e ocorre na propriedade, a vegetação floresta ambrósia. Existem estágios de conservação que são os denominados estágios sucessionais, então tem a presença de vegetação em estágio pioneiro inicial, médio e avançado de regeneração ou de conservação, então uma equipe de biólogos botânicos e engenheiros florestais, foi para campo e realizou o diagnóstico da vegetação ocorrente na propriedade. O produto é esse mapa colorido, que é o mapa de uso do solo, a gente tem a indicação nos tons de verde de vegetação remanescente, nos tons de cinza e marrom de mineração e nos tons Rosa a presença de ocupações antrópicas. Então os tons mais escuros de verde correspondem às áreas mais conservadas de vegetação, estágio avançado de regeneração, se evidencia que são preservadas as APPS e não tem intervenção em área de mata de primeira categoria, não tem intervenção em vegetação nativa em estágio médio avançado. Na porção direita da propriedade que é a do Guarapiranga e isso resulta, apesar né de uma redução de 33, resulta ainda em uma intervenção de 11,21 Hectares de vegetação nativa. Falando um pouquinho sobre a fauna, sobre os animais, a gente teve um esforço a mostra significativo e representativo em três campanhas de monitoramento, duas delas realizadas em 2014 e uma delas realizada em 2023. Então os especialistas de fauna, diferenciados por grupos faunísticos entre herpetofauna que são répteis e anfíbios, mastofauna que são os mamíferos e avifauna que são as aves, estiveram em campo e cada um desses pontos representa um ponto de monitoramento de um desses grupos faunísticos Então evidencia-se que ele ultrapassou o limite da propriedade em algumas regiões e ultrapassou também o limite do projeto abrangendo a área de influência direta do empreendimento. Com relação a herpetofauna, foram evidenciados em campo por coleta de dados primários, 21 espécies, nenhuma delas ameaçadas e é importante reforçar que além da coleta de dados primários né, a ida para campo e a e a coleta de evidência, seja de vestígio, seja de avistamento dessas espécies, foram também considerados dados secundários de outros estudos da região. Então com relação às aves, foram evidenciadas por coleta de dado primário né, avistamento ou escuta dentro do diagnóstico, cerca de 200 espécies, duas delas ameaçadas de extinção e com relação à mastofauna que são os mamíferos, foram identificadas 28 espécies, dentre elas três confirmadas, pela equipe de coleta de dado em campo e outras cinco por entrevistas, além de

sete espécies endêmicas. Então para caracterização do meio antrópico, principalmente relacionado ao município de Itapeçerica da Serra onde vai ocorrer toda a ampliação da extração mineral, foi feita uma avaliação da dinâmica populacional da infraestrutura urbana e das atividades econômicas que a gente tem aqui em Itapeçerica da Serra, além disso foi feita uma pesquisa de percepção, na verdade duas: uma em 2014 e uma atualização em 2023, foram entrevistadas 52 famílias, todo o esforço amostral está representado nesse mapa na porção superior à direita do slide e as entrevistas estão identificadas nas cores vermelho mais forte. Então foram entrevistadas 52 famílias, no período entre 13 e 15 de abril agora do ano de 2023 e foram coletadas impressões em relação ao empreendimento em operação e impressões em relação à ampliação pretendida pela Votorantim. Todos esses resultados compuseram a pesquisa de percepção ambiental e que ajudou bastante na formulação das ações previstas no plano de educação ambiental e no plano de comunicação social da Votorantim. Falando um pouquinho sobre avaliação de impacto que é o principal objetivo né, o produto mais interessante que a gente tem dentro de um estudo de impacto ambiental, ele fornece um prognóstico que é uma previsão de como vai se comportar o meio ambiente, mesmo após a ampliação do empreendimento da Votorantim, ele estabelece uma base de referência para discussão e para facilitar a compreensão pelo órgão licenciador e ele ajuda a formular medidas de gestão para cada impacto ambiental, você precisa ter algum tipo de medida de controle de redução desses impactos ou de compensação por esse impacto. Então esse é o resultado da avaliação de impacto ambiental que gerou o EIA/RIMA da Votorantim aqui de Itapeçerica da Serra. Foram identificados 19 impactos, dentre eles, os mais relevantes relacionados ao meio biótico muito por consequência da supressão de vegetação pretendida e também em relação à qualidade das águas aos recursos hídricos, tendo em vista que a gente está em uma área de proteção de Manancial e precisa dessa atenção para esse aspecto. A definição né da importância desses impactos, é super relevante pra gente definir quais são os seus esforços para mitigar esses impactos, então apesar da gente ter a previsão de impactos de grande relevância, vai ter esforços, inclusive mais profundos e mais abrangentes para a mitigação, para a redução desses impactos. Então falando um pouquinho sobre o plano de gestão ambiental, reforço que a Votorantim opera há 15 anos essa unidade, que a unidade já está em operação há 70 anos e nos últimos 20 anos já vem apresentando resultados representativos de qualidade, seja do ar, da água, de níveis de ruído e de vibração. Então existem programas, medidas mitigadoras que estão destacadas em verde na porção esquerda desse slide. Foram propostas medidas socioambientais também já em execução, como reportado pela Jaqueline, que vão ser ampliadas, para os impactos que não podem ser mitigados, foram propostas compensações ambientais, que estão em cinza nesse slide e monitoramento ambiental, para acompanhar todas essas medidas que vão sendo executadas em azul. Além disso tem também a previsão de propostas para o fechamento da unidade daqui 29 anos, quando se encerrarem as atividades. Essa ampliação então em verde, eu destaco quais são as ações e os programas que foram propostos além do que já vem sendo executado aí pela Votorantim nesses últimos 20 anos e eles estão muito relacionados de novo a manutenção da qualidade da água subterrânea, superficial e a preservação, conservação da fauna e da flora. Eu vou passar rapidinho aqui as medidas socioambientais, porque boa parte das ações propostas já foi detalhada pela Jaqueline, inclusive as previsões de ações aí pro próximo ano com relação ao acompanhamento da supressão vegetal que é uma das medidas de controle mais importantes e relevantes aqui para garantir a conservação da biodiversidade. A supressão vegetal vai ser acompanhada por uma equipe de flora e de veterinários e biólogos para no caso da flora, resgate de espécies ameaçadas, seja semente, ou indivíduos, mesmo transplante para as áreas do entorno para garantir a conservação dessas espécies. Com relação a fauna, a supressão vegetal vai ser acompanhada por uma equipe de biólogos que vai coletar e resgatar algum indivíduo que estiver na região ou para afugentar eles para os remanescentes de vegetação do entorno. Estão sendo propostas medidas de controle das atividades que estão relacionadas ao sistema de drenagem adequado, a manutenção de acessos, atendimento dos parâmetros geométricos, seja da Lavra, seja do depósito de estérreo. Com

relação à poluição das águas, como eu venho falando, o que é um tema super importante pelo empreendimento estar inserido em APM, as ações mais relevantes são as de gestão de efluentes. Então aqui a gente tem um exemplo do sistema de recirculação da água proveniente do lavador de veículos, proporcionando a reutilização dessas águas e o não lançamento desses efluentes. Para a prevenção da poluição do ar, a gente tem a aspersão na britagem, que é praticamente um chuveiro de água jogado nas áreas onde tem transferência do minério, para mitigar da emissão do material particulado e do caminhão pipa que passa nos acessos, umectando e impedindo aí a emissão de material particulado. Com relação a vibração e ao ruído, os aspectos mais relevantes estão relacionados ao atendimento do plano de fogo, que foi estabelecido seguindo legislação da CETESB e do próprio exército. A manutenção de máquinas e veículos com relação à poluição do solo, a gente tem bastante sinergia com as medidas de mitigação da qualidade da prevenção da poluição das águas. Então a gestão adequada de efluentes e resíduos são as ações mais importantes aqui para a prevenção da poluição do solo. Com relação às medidas compensatórias, qualquer empreendimento que elabore e EIA/RIMA obrigatoriamente tem que proporcionar uma compensação financeira de até 0.5% dos custos dos investimentos previstos para ampliação desse empreendimento, que vão ser direcionados para criação de uma unidade de conservação, no caso gerida pela fundação florestal. Em relação à supressão de vegetação nativa, seguindo uma legislação estadual, que é a resolução SMA 07 20114, pela supressão de 5 hectares de vegetação estágio Inicial é proposta a preservação de 10 hectares, em compensação pela supressão de 4,55 ha de vegetação em estágio médio, é proposta a compensação em 13,65 hectares três vezes a área pela intervenção, em 1.65 hectares de vegetação em estágio avançado de regeneração é proposta a compensação em cerca de 10 Hectares que corresponde a 5 vezes a área, então para 11,21 Hectares de intervenção, é proposta a compensação em 33,57 Hectares, três vezes a área a ser compensada, aqui uma representação de novo pelo mapinha, vocês já estão né cansados de ver, a intervenção florestal em verde 11,21 Hectares e aqui a proposta de compensação em azul três vezes a área de intervenção. O monitoramento ambiental ele vem como medida para acompanhar as ações a serem adotadas tanto de controle, quanto de recuperação e aqui estão propostos os programas, sua periodicidade e se vai ser executado na implantação, operação ou desativação. Para recuperação ambiental a gente tem duas alternativas previstas no EIA/RIMA. A primeira delas é a formação de um espelho d'água, que é interessante aqui pra região de APM em épocas ou de crise hídrica ou pode ser utilizada como um uma segurança aí para abastecimento de água e a outra alternativa é de recebimento de material proveniente da construção civil para a reconformação da cava, que também é interessante porque a gente está numa área de proteção aos Mananciais. As porções em verde elas vão ser revegetadas ou com espécies herbais, né gramíneas ou com espécies arbóreas nativas. Então aqui a gente tem um exemplo de recuperação da unidade da Votorantim, na porção esquerda uma situação em 2011 e na porção direita a situação dessa mesma área em 2023, essas mesmas ações de recuperação podem ser executadas ao final da vida útil do empreendimento. Outro exemplo, na porção esquerda 2011 e a situação da vegetação estabelecida em 2023. Por fim, um exemplo bem parecido com o que está sendo proposto na formação de espelho d'água, os taludes superiores revegetados com espécies gramíneas e o fundo da cava conformando um reservatório de água. Então, por fim depois de 10 anos de elaboração e apresentação de estudos e versões, revisões do projeto para CETESB, chega na melhor alternativa. No diagnóstico ambiental elaborado entre 2014 e 2023, eles proporcionaram suficiência amostral, resultado representativo para avaliação dos impactos, foram com a ampliação do empreendimento, a extensão da vida útil em quase três décadas, 29 anos, e a continuidade do fornecimento de brita para a região metropolitana de São Paulo. Foram identificados 19 impactos e para cada um desses impactos foi proposto ao menos uma medida de gestão ambiental seja ela de controle né, para redução dos impactos ou de compensação e se adotado esse plano de gestão, mesmo considerando toda essa avaliação feita no estudo ambiental, sugere-se aí a viabilidade do empreendimento a ser analisada e concluída pela CETESB.”

Participação dos interessados: I Entidades da Sociedade Civil:

- Professor Elias Adelino Framesqui (representando a Apeoesp de Itapecerica da Serra):

"Boa Noite a todos os presentes. Queria registrar que em 2017 eu estava aqui nessa audiência pública e a minha intervenção e de mais duas pessoas foi o que culminou nesse atraso de 6 anos da expansão da Votorantim. A ação na época simbólica, muito corajosa e muito ousada, que teve resultados, pois o projeto foi sendo aprimorado. Dou até meus parabéns, porque em 2017 o RIMA que foi apresentado continha erros grosseiros e esse projeto ficou 6 anos parado por conta desses erros que foram apresentados. Eu vou me ater a alguns aspectos, eu vejo grande preocupação, por exemplo, quando o RIMA coloca o impacto sobre a fauna muito grande. É um impacto gigante que a gente tem sobre a fauna e nós podemos considerar um dado interessante do biólogo, que hoje nós temos uma inversão, hoje 98% da biomassa do planeta Terra é composta por humanos e animais que são criados por humanos e 2% apenas da biomassa do planeta são representantes da fauna silvestre. Olha o tamanho do crime que os humanos cometem com os animais deste planeta. E aí, quando você tem uma atividade que causa impactos, do qual, o próprio estudo diz que é muito grande sobre a fauna, me preocupa que não tenha uma ação efetiva para reduzir, para mitigar de fato, esse impacto. Porque, você tentar afastar o animal ou algo do tipo é uma medida que eu considero paliativa. Me espanta também vocês terem encontrado apenas um réptil nessa área toda estudada. Porque em uma área de mata e a Votorantim está inserida dentro de uma das áreas mais bem conservadas do município de Itapecerica da Serra e você encontrar apenas um réptil em uma área dessa, é um sintoma preocupante. Por que será que nós encontramos apenas um réptil em toda a área da Votorantim? Porque os répteis são animais rastejantes, eles percebem o ambiente por vibrações, então o tráfego intenso de veículos, as explosões elas afugentam esses répteis desses locais. São fatos biológicos, não tem como contestar. O grande problema é que quando você afasta um grupo de animais de uma determinada área de mata nativa como aquela os impactos ambientais eles vão acontecer! Toda vez que você provoca um desequilíbrio na fauna eles têm uma consequência sobre o meio ambiente como um todo, então isso é um fato que eu acho que precisa ser muito melhorado, essa questão de manejo de fauna nesse projeto de expansão aqui da Votorantim. Me preocupa também o que vai ser feito com aquele buraco gigante quando ele for desativado, nós ouvimos aí duas propostas, a proposta número um de se criar um grande espelho d'água parece um pouco mais coerente. Já a proposta número dois de se aterrar aquilo, não se sintam ofendidos, eu acho uma proposta indecente, porque a partir do momento que você criar a possibilidade de pegar aquele buraco e fazer uma reconfiguração geológica com material sônico, aquilo ali vai virar um grande aterro. Nós temos na cidade hoje por exemplo uma ameaça gigante, um aterro pairando próximo lá da Votorantim de três milhões de metros cúbicos de terra para se fazer duas quadras esportivas. Olha que coisa de maluco! Então nós temos que ter o manejo correto, porque aquilo ali será um buraco gigante. Por exemplo, quando a gente vai na cidade de Embu, você tem lá o parque Francisco Rizo que era um tipo de corpo de Areia que se transformou num lago que é uma área de lazer na cidade. Mas ela está no centro da cidade, muito próxima. Ali naquela área da pedreira não tem como eles transformar aquilo em uma área de lazer, mesmo porque ela está em uma área de máxima proteção, uma área extremamente bem preservada da cidade. Então esses fatores são muito preocupantes. Além do que, eu entendo que a mineração ela já deveria ter sido superada, porque a emergência climática está aqui, só não percebe quem não quer. Eu sou morador de Itapecerica da Serra há 45 anos e quem mora aqui há muito tempo, nunca teve temperaturas como nós temos essa semana nessa cidade, concorda? Essas temperaturas extremamente altas são resultado da supressão vegetal, do aumento dos gases efeito estufa e não adianta a gente vir com o negacionismo ecológico ou negacionismo ambiental pois isso é um fato. Eu dizia para meus alunos que nós tínhamos 30 anos para salvar o planeta, eu estava errado. Nós temos cinco anos, se muito, para salvar o planeta. Portanto, eu acho que nós temos que ter ações muito mais concretas

para que a gente possa ter uma garantia mínima de que tudo o que foi apresentado aqui vai ser executado de fato. Muito obrigado!”

- Osni de Mello (Representando a Associação Paulista de Engenheiros de Minas): “Boa tarde a todos! Quando eu ouvi que tinha essa audiência, eu falei, bem não posso ficar fora, porque eu fui gerente de produção dessa unidade durante 22 anos. Vou só fazer um histórico: na década de 1960, quando tinha uma Pedreira chamada Pedreira Mabueira, o pessoal quebrava a Pedra na mão, aí depois foi evoluindo. O grupo Rossi, montou uma instalação industrial e depois, lá pelo ano 2000, a Votorantim adquiriu essa unidade. Então eu fui o gerente do período Rossi até o período da Votorantim. Então, pessoal, é o seguinte, essa área já foi impactada; no meu tempo a gente fez isso e a gente vai evoluindo. Representando a mineração, eu gostaria de dizer para vocês o seguinte: o bem mineral ele não brota, toda pedreira ou qualquer tipo de mineração tem um começo, um meio e um fim, nós temos que aproveitar ao máximo esse bem mineral que a natureza nos colocou. Pelo seguinte, porque não existe nenhum produto que seja mais barato do que a brita, se você for lá comprar uma tonelada custa 50 reais. Não existe nada de uma tonelada que você pague 50 reais. Então, o que vai acontecer? Se nós deixarmos lá o pessoal vai continuar possuindo, então vai vir de mais longe, terá mais poluição nas estradas, mais emissões de CO2, assim por diante. Então nós não temos que preservar. Eu discordo do seu colega, que falou: “que é o futuro dessa área?”. Lá no passado quando eu comecei a gente sempre fez o projeto de 20 anos, porque, será que vai continuar usando o agregado daqui a 20 anos? Quer dizer, a gente tem um primeiro projeto; continuou usando e agora estão fazendo outro projeto para mais 20 e poucos anos. Ou seja, será que em 2040 vão continuar usando o agregado? Acho muito difícil substituir o agregado porque ele tem um valor muito baixo. Se a gente fechar, virá de algum lugar e quem vai ficar prejudicado é a classe C e a classe D porque a classe A e a classe B qualquer preço que colocarem eles vão possuir do mesmo jeito. Agora, a classe C e a classe D não, se o material for muito caro eles não vão poder possuir. Então, eu naquela época quando eu fiz o projeto ficou a seguinte discussão; nós vamos fazer um grande lago e no entorno fazer um loteamento de alto padrão ou vamos aterrar. Na época, ficou para se discutir no futuro, no futuro nós vamos discutir isto aqui. Por exemplo, em Itaquera vocês devem ter ouvido falar, parte de lá tinha uma pedreira que começou na década de 1930. Depois foi feito um acordo com a prefeitura de São Paulo, porque a prefeitura de São Paulo não tinha onde colocar material de entulho, foi tapado, ele chama de buraco nós chamamos de cava, hoje uma parte é onde está o Estádio do Itaquerao. Isso, no caso da brita, vou dar um exemplo de Areia: na década de 1930, onde é o Parque Ibirapuera, era a cava onde era retirada a areia e lá foi construído o centro de São Paulo. Quando o Jânio Quadros foi prefeito de São Paulo ele reurbanizou aquela parte e virou um cartão postal de São Paulo, mais de 100 mil pessoas frequentam o parque Ibirapuera por final de semana. A mineração tem isso, ela devolve para a sociedade uma área que pode ter uma utilidade muito melhor. Aqui em Itapeverica vai acontecer a mesma coisa, o que nós vamos fazer lá no futuro daqui a 20 e poucos anos, se vai fazer um grande lago ou se vamos aterrar, tudo bem! Inclusive na época em que estávamos discutindo isso o pessoal queria fazer o aeroporto de Itapeverica. Essa indagação nós vamos ver daqui a 20 anos, o que nós vamos fazer com essa área. Não se consegue fazer mineração com áreas pequenas, todas as minerações têm que ser com grandes áreas, que é o caso do parque Ibirapuera e da Itaquera onde uma parte foi feito o metrô. No futuro, nós vamos ver o que fazemos com essas grandes áreas. Então eu discordo um pouquinho do rapaz que comentou que essas alternativas terão impactos muito grandes e que a gente tem explosões, pois essa palavra está errada! A explosão é o uso de explosivos descontrolados, normalmente utilizados pelos terroristas. Nós engenheiros de minas fazemos detonação, ou seja, tudo isso controlado. Então o que nós vamos fazer no futuro a sociedade dirá.”

- Reinaldo Florêncio Dias (representando a OAB): “Meus cumprimentos a todos. Eu tive a oportunidade de ler o RIMA e era realmente um copia e cola de alguma outra empresa, que foi

adaptada. Parece meio que melhoraram eu não consegui ler exatamente esse outro, então não vou ser leviano de questionar tudo. Porém, referente a apresentação feita hoje, faço a seguinte pergunta: é possível a mineração que não gere resíduos que sejam poluentes? Porque eu não acho que seja impossível, pois quando você minera, você solta na terra alguns materiais tipo alumínio, ou seja, agride o meio ambiente, não dá para falar que é possível minerar sem poluir. Ai a pessoa fala assim: “olha, nós vamos criar em torno, uma área de proteção!” Já está protegido em torno, já tem a obrigação de se preservar naquela área. Então, muito se fala de compensação preservando algo que já se tem a obrigação de proteger por lei. Eu tive a felicidade de caminhar em torno da região e há bastante tempo, queria regularizar uma propriedade lá, mas por ser uma área de proteção permanente foi barrado por esse mesmo Conselho. Eu não sei se mudou a legislação ou o que aconteceu, isso porque eu tinha a intenção de preservar queria só regularizar a propriedade. A necessidade de ser preservada a mata ao entorno é imensa, se você observar os rios a mais ou menos 1 km da Pedreira, como a sua água ficou turva e suja devido a essa poluição. Quando o empreendimento fala que irá compensar, nós temos que garantir que de fato irá ocorrer. Porque quando olhamos por exemplo a represinha, você vê um monte de plantas das mais baratas que nem faziam parte da mata nativa. Outro ponto é sobre o lençol freático, é como se em Itapecerica não existisse lençol freático, nós temos poços e fontes de água mineral na região, então temos que avaliar se tem componentes químicos poluentes sendo lançados nele.”

- **Adriana Abelhão (representando a entidade Preservar Ambiental):** “Aqui comigo o movimento Preservar de Itapecerica da Serra. Muito obrigada a todos os ambientalistas que estão aqui essa noite. Estou aqui para dizer a vocês algumas coisas que vocês ainda não ouviram nessa audiência pública, mas primeiro quero agradecer ao Sr. Reinaldo, faço as suas as minhas palavras e quero só acrescentar alguns pontos. Nós temos no próprio EIA/ RIMA um índice de alumínio superior ao mínimo de segurança determinado pela organização mundial da saúde e que o alumínio pode causar Alzheimer e doenças malignas, existe também na extração de granito um pó poluente chamado de pó de sílica, no qual eu vim aspirando a caminho da audiência pública porque tinha um caminhão da pedreira na minha frente sem a cobertura; já denunciemos isso muitas vezes. Essa audiência pública é ilegal e viola uma ação civil pública e uma decisão judicial de uma juíza de Itapecerica da Serra e um desembargador da Câmara do Meio Ambiente, que determinou o bloqueio da expansão da Votorantim em Itaquaciara, então essa audiência pública está tripudiando em cima da lei e não só isso, está tudo documentado na ação civil pública. Esse EIA/RIMA foi feito por uma empresa que desenvolve projetos de expansão de mineração e por isso tem conflitos de interesse. É espantoso que uma empresa que dá consultoria de negócios para a mineração ao mesmo tempo faça um relatório de impacto ambiental para desenvolvimento de uma mineradora; muito estranho! Existe ilegalidade nesse processo de expansão da pedreira desde 2014, porque a empresa cometeu ilegalidades descaradas e anunciou um projeto para invadir áreas de mananciais na represa de Guarapiranga sobre a lei da Guarapiranga e teve que recuar e depois foi atrás de oito nascentes do Rio São Lourenço; o rio que foi transposto violentamente para secar a sede da região metropolitana de São Paulo sem licenciamento algum e, segundo relato dos moradores, as escavadeiras trituravam terra, árvores e animais na frente de todos. É por isso que a Preservar entrou com uma ação civil pública e está com a decisão favorável para a extinção dessa pedreira e nós já documentamos a juíza que durante 2017 e hoje a Votorantim já cometeu pelo menos três crimes ambientais. Está mapeado o desmatamento em floresta ombrófila densa, está mapeada a invasão de área de preservação permanente. O Sr. Reinaldo falou aqui como é difícil regularizar uma casa em área de APP mas para Votorantim é fácil, para eles não há problema nenhum invadir, eles fazem e pronto e além disso estão rebaixando a cava sem licenciamento ambiental nenhum. Chega! Chega! Há animais que estão no antigo EIA/ RIMA e no novo, ora a Votorantim diz que eles ainda estão aqui porque as explosões os espantam, essa campanha foi feita em 10 dias, 5 dias no máximo 20 dias. Nossa entidade achou também o tamanduá bandeira e a anta que são animais de grande porte. Essa é a quinta

tentativa de expansão da Votorantim, ela quer botar goela abaixo a destruição dos nossos mananciais, a morte de animais silvestres, a destruição de árvores em extinção. Para eles não tem problema cortar uma árvore em extinção, tem outra ali do lado! Eles não entendem o que é uma floresta e toda a sua biodiversidade. A floresta não é uma unidade industrial onde você tira um pino e coloca outro; já não basta os rios da Amazônia estarem secos e esse calor horrível que estamos passando. A mineração não é sustentável, é inadmissível nós termos uma pedreira em uma cidade 100% de mananciais. Chega, chega Votorantim, apresenta seu plano de fechamento de mina e vá embora!”

- **José Carlos Oliveira da Silva (da rede Agroecologia Biodiversa):** “Boa tarde a todos, sou professor de Filosofia do estado. É sempre contraposto capital a preservação, quando a Adriana fala de direito difuso ela fala de direito de quem ainda nem nasceu, é algo que interpassa a terra e aos nossos corpos, ela está falando do tecido de vida. A Agroecologia é sobre a possibilidade de você olhar e compreender uma inteligência reversa. Quanta inteligência essencial está sendo suprimida pelo bem do capital. É por isso que eu estou aqui, para que conste que há um corpo de que está sendo violentado então existe uma violência. E qual é a nossa sensibilização quanto a essa violência? A água, o ar, será que o capital será o suficiente? Se fala de planos diretores, mas não se fala de agroecologia, as pessoas estão em um grau de analfabetismo ambiental absurdo, porque elas acreditam que o verde é o suficiente, uma primavera silenciosa, mas esquece, o verde está lá, mas a vida já recuou. Temos que lembrar de não atropelar os processos, é ser a favor da vida, não adiar, daqui a 20 anos resolver um impacto ambiental que está sendo gerado hoje. Nós estamos naturalizando tudo, a violência, a morte, a degradação, tudo a favor do lucro e do capital. Eu sou contra a degradação que esse progressismo traz.”

II Cidadãos e Cidadãs:

- **Larissa Vitória Vieira da Silva:** “Primeiro, me espanta a fala do representante de mineradoras, que disse que devemos extrair ao máximo aquilo que a natureza nos proporciona. Eu acredito que é justamente o contrário, essa visão é totalmente antropogênica. Durante a apresentação do EIA/RIMA foi omitido diversas informações, eu pude ler, eles fizeram as pesquisas e só as citaram, mas não falaram os dados e resultados. O Juliano representante da Votorantim afirmou que a empresa é sustentável, isso não é sustentabilidade, se parasse com mineração seria algo sustentável para a população, fauna e flora daquela região. E é importante dizer que no artigo 225 da Constituição Federal fala que é dever de todos cuidar do meio ambiente para as gerações e futuras gerações, por isso eu acho que todas as questões de como vai ficar a Votorantim devem ser discutidas agora, é dever meu, nosso e não coisa para daqui a 20 anos.”

- **Elizabete Maciel Dias:** “Boa Tarde a todos. Em 2018 nós fizemos uma análise do EIA/RIMA e na época eles queriam suprimir nascente, só que eu não vejo uma redução nos hectares de desmatamento conforme eles citam, pois já em 2018 eram 10 hectares, então não houve nenhuma mudança significativa. Já sobre a compensação ambiental, áreas que já foram utilizadas como compensação ambiental em outras intervenções, estavam sendo citadas no projeto de ampliação, então é uma área que eternamente será compensatória. Se é uma área que tem que ser compensada deveria ser 33 hectares de áreas degradadas sendo reflorestadas, isso sim seria sustentável e uma recuperação ambiental. Nós que somos moradores antigos, tínhamos contato com inúmeros corpos d’água límpidos e com grandes volumes de água, hoje nós temos rios com quantidades reduzidas, secos e inclusive na área que eu moro. O lençol freático não está sendo atingido? Nós, nessas semanas que passaram, sofremos muitos dias sem água devido não conseguir tratar a água. Enquanto nós estivermos aterrando nascentes, cortando árvores que preservam nossos rios, porque não suprime a nascente, mas corta o que faz um guarda-sol de proteção do rio para não secar. O que é mais valioso para nossa cidade? Na margem da Regis Bittencourt, quantos empreendimentos estão sendo feitos aterrando árvores e nascentes. Quando

isso vai ser analisado? Eles falam de compensações e mitigações, mas não falam quando será feito e como será feito, quando isso estiver claro no EIA/RIMA aí sim será de qualidade.”

- **Fábio Andrade da Silva:** “Boa noite a todos. Eu agradeço a oportunidade de poder falar. Eu estou há pouco tempo na região; faz três anos, mudei em meio a pandemia quando a atividade da mineradora estava bem reduzida e até então eu não tinha a percepção do que era. Na percepção do morador, eu moro em linha reta em direção da pedreira cerca de 800 metros, no alto de uma outra colina, e toda vez que há uma detonação eu sinto o impacto terrível na minha casa, imagina a fauna. Outro ponto é a água, no estudo diz que o impacto é médio só que a região basicamente depende da água que está no solo, porque a região não tem saneamento básico, todo mundo depende de água de poço. Então, como que a gente vai garantir que essa água está própria para o consumo, tanto é verdade isso que, eu não sei se é verdade ou não, a fonte da Danone que envasava água da Bona Fonte na região, encerrou as atividades, talvez eles tenham feito um estudo mais aprofundado e pode ter concluído que alguma coisa estava prejudicando a qualidade dessa água. Estive na unidade e falei com o responsável Juliano que está aqui a frente, ele me recebeu muito bem e explicou todo o processo e a preocupação que tem, porém eles falam que trabalham dentro das normas só que ao longo da madrugada a gente ouve todo o maquinário trabalhando com um ruído absurdo, eu acho isso inadmissível. Nós estamos em uma região de mata, de natureza, quem está ali não está ali por acaso ou por falta de opção, está porque gosta do ambiente e quer ele como está, aí dizem para mim “ah mas a pedreira está aqui há 70 anos”, mas a natureza está há muito mais tempo, não é só porque a pedreira chegou antes de mim que ela tem o direito de destruir. Então, eu provooco aqui essa reflexão, para que nós pensemos se é realmente necessária essa ampliação da pedreira, porque eu vejo aqui, com todo o respeito, pois sei que tem muitos funcionários que dependem de seus empregos e eu respeito isso, mas só está sendo passado aqui o interesse econômico. Eu não sou ambientalista, nem participo de ONG, eu estou falando com visão de morador, eu escolhi o lugar e fiz um projeto de vida para estar ali e estou extremamente incomodado e quando eu cheguei lá há três anos, vi animais que hoje eu não vejo mais. Hoje o impacto negativo que a pedreira gera é muito maior que o positivo, ela mantém somente 60 postos de emprego naquele empreendimento, é muito pouco para a cidade. Não ajuda na economia da cidade nesse aspecto, nós estamos perdendo mais com o fluxo de caminhões e a poluição que eles geram, com a poeira que a detonação levanta que eu percebo de muito distante.”

III Representantes de Órgãos públicos:

- **Luciana Barbosa (Pelo mandato de vereador Fábio Santana do PT):** “Boa Noite a todos e todas! Eu sou Luciana representando o mandato coletivo do vereador Fábio Santana de Itapeverica da Serra, o único partido de esquerda da cidade. Eu quero iniciar essa minha fala trazendo o artigo 170 da Constituição Federal: “a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa que tem por fim assegurar a todos existência digna e de justiça social” os incisos que são relevantes para a minha fala, diz que deve existir a “função social da propriedade, defesa do meio ambiente inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços de seus processos de valoração e redução das desigualdades regionais e sociais” aí eu faço uma pergunta aos senhores: esses princípios têm sido observados por essa empresa aqui em nossa cidade? como bem ressaltou aqui o munícipe que mora na região, são poucos os empregos efetivos garantidos aqui por essa empresa, mas os lucros deles são gigantes. E o que fica para nós? Eles levam as nossas riquezas, degradam as nossas florestas e qual é o retorno que a cidade tem com isso? Há um tempo atrás tive a oportunidade de falar com um terceirizado da Votorantim que estava trabalhando com uma ação social e eu fiz esse questionamento: a empresa leva tudo da nossa cidade e o que sobra para nós? Esse cursinho aí que vocês estão dando para juventude? Isso não é nada! O que tem que ser feito é a redução dos impactos, nós não somos contra o desenvolvimento sustentável, nós não

somos contra a mitigação dos efeitos nocivos, nós somos favoráveis que a população tenha uma vida saudável e respeitada e que ela seja levada em consideração para a realização de qualquer atividade financeira e econômica dentro da nossa cidade. A cidade tem que se atentar ao que as pessoas precisam e não ao que a empresa precisa, pois a empresa existe para atender uma finalidade, que pela Constituição Federal é uma finalidade social. Então ela nunca pode perder de vista a população, o meio ambiente e o que está ao entorno dela. Dentro disso, nós apresentamos como proposta, que seja feita uma compensação ambiental efetiva. Nós estamos esperando até hoje a compensação ambiental do Rodoanel, a gente luta há anos por um parque ecológico na represa do Crispim, do lado de lá já é um parque e o que sobrou para nós? Nada! Então empresa, cumpra a sua função social, faça algo que fique! E que isso seja consolidado para a população, não cursos, isso é pouco diante de tudo o que vocês levam de nós. Considerem o ser humano como um todo, isso é realmente observar a função social. Como um apelo, levantem a bandeira como nós, em defesa ao parque ecológico do Crispim. Isso sim fica, isso é a garantia de um espaço de cultura e de lazer para a população. Nós temos aí um espaço que vocês podem preservar e dar qualidade de vida para população, é isso que a gente pede que seja levado em consideração, um parque ecológico na nossa cidade!”

- João Eduardo Canova (Conselheiro do Conselho Municipal de São Lourenço da Serra):

“Boa Tarde! Eu sou engenheiro de Saneamento com pós-graduação em gestão ambiental. Eu e minha mulher, também engenheira, analisamos os EIA/RIMA dessa pedreira e constatamos diversos erros e supressões. Coisas que foram mostradas no primeiro EIA/RIMA e ocultado no atual, como por exemplo o depósito de estéril estar em cima de uma nascente do rio São Lourenço e essa nascente foi suprimida nos EIA/RIMAS anteriores. Fora isso, a empresa está fazendo essa audiência pública hoje, para aprovar na bacia do Guarapiranga e esqueceu da outra bacia, nós temos oito bacias do rio São Lourenço, essa pedreira está na área de duas bacias. Ou seja, ela precisa fazer uma audiência pública para aprovar na bacia do rio São Lourenço, que faz parte da bacia do rio Ribeira que contribui com água para São Paulo. A Votorantim vai dar um tiro no próprio pé, porque ela irá suprimir a água e deixar de gerar a eletricidade que ela usa na represa do França. E ela terá problema, porque com a diminuição do rio São Lourenço que joga água para o Guarapiranga, que joga quatro metros cúbicos por segundo para São Paulo e que até o final do ano deve passar para oito. Então nós vamos criar um problema, vamos deixar de beber água e comer pedra. Como a empresa justifica suprimir uma nascente de um estudo de EIA/ RIMA anterior para um posterior? E por que essa audiência pública também não é feita na bacia do rio Ribeira?”

Esclarecimentos das perguntas e dúvidas feitas durante a audiência:

- Ciro Terêncio Russomano Ricciardi (Responsável pela empresa Prominer que fez elaboração do projeto de licenciamento): “Aproveitando a oportunidade, eu sou o responsável técnico do EIA/RIMA, da empresa Prominer. Eu fui a pessoa que abriu essa empresa, há quase 40 anos. Originalmente, a gente era prestador de serviços da área de mineração até 1987, quando nós fizemos o primeiro estudo de Impacto Ambiental e assumimos uma posição de sermos uma das melhores empresas do Brasil na elaboração desses estudos. Isso está comprovado aqui em São Paulo, Paraná, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Pará, onde vocês quiserem. Façam uma consulta: “qual é uma boa empresa de consultoria de EIA/RIMA?” Eles vão falar aqui a Prominer! E aqui foi falado que a empresa é uma empresa de negócios, é completamente absurda essa colocação. Eu apenas quero dizer, que a gente não faz negócios, a gente presta consultoria de alto padrão. Obrigado!”

-Carolina Moreira Meira (responsável pelo licenciamento ambiental): “A ONG trouxe que teve a supressão nos últimos anos, eu quero mostrar aqui na apresentação que não teve, pois, as fotos

comprobatórias que ela apresentou dessa suposta ilegalidade, já estão nos autos do Processo Civil público e foi informado que não são da pedreira da Votorantim.”

-Adriana Barbosa (Empresa Prominer responsável pela elaboração do projeto de licenciamento): “Iniciando as respostas relacionadas ao EIA/RIMA, nós estamos na fase de licenciamento prévio, vai ter uma fase de análise deste estudo, detalhamento e emissão de uma Licença Prévia. A CETESB concede essa licença com exigências que devem ser cumpridas e aí sim ela concede a Licença de Operação. Então, a gente está na primeira etapa do licenciamento, somente para confirmar a viabilidade e esses compromissos irão constar aí nas fases posteriores e podem acompanhar pois esse processo é aberto. Com relação à recuperação ambiental, nós estamos a 30 anos da finalização do empreendimento; existe uma legislação que obriga a atualização desse plano de recuperação de cinco em cinco anos. Temos que levar em consideração a evolução das tecnologias existentes, a evolução da economia e o perfil do município daqui a 30 anos para assim fechar uma opção de uso futuro daqui três décadas. Agora na fase de licenciamento prévio é importante discutir alternativas, mas deixar em aberto para quando encerrar as atividades, ter uma formalização dessas alternativas. Em relação ao sistema de controle do estéril, ele é um material terroso, no solo nós temos a presença do alumínio e isso se reflete na qualidade da água dos poços de casas que ficam afastadas da mineração, pois é um componente natural do solo, então houve a verificação do parâmetro da qualidade da água e a quantidade de alumínio nos poços da região. Com relação ao controle de estéril temos o setor de drenagem que está detalhado no RIMA. É importante ressaltar que nós não conseguimos detalhar todas as medidas aqui em 35 minutos, que é o tempo estabelecido na legislação, mas consta no EIA/RIMA e tem até a possibilidade de vocês manifestarem depois por escrito. Com relação a compensação ambiental ela foi proposta além das áreas de preservação ambiental. Existe um mapa no EIA/RIMA também no capítulo 8 que mostra exatamente onde estão essas áreas de compensação. Isso vai ser submetido a análise da CETESB e eles vão emitir um termo de compromisso de preservação dessas áreas, que podem também ser acompanhadas por todo o processo de licenciamento ambiental. A lei de compensação prevê a modalidade de preservação, então essa área além da área de preservação obrigatória, será preservada *ad aeternum*. Mencionaram que há uma proibição de avanço nessas áreas, mas existe uma legislação recente de 18 de outubro, que previu a Lei Estadual de Guarapiranga que ela revogou a proibição da supressão de áreas de vegetação em estágio médio e avançado na bacia de Guarapiranga, mesmo assim essas vegetações estão mantidas e não há intenção de supressão nessas áreas, com exceção do estágio inicial da bacia de Guarapiranga. Com relação a supressão de nascentes, em 2014 havia a intenção de supressão de uma nascente na bacia de Guarapiranga, e o projeto foi revisado. Já em 2017 essa intervenção não estava prevista e agora mantém-se a não intervenção em nascentes. Com relação ao ruído, a percepção ambiental é de extrema importância, a atividade gera ruído e vibração, mas ela cumpre uma série de exigências, do Exército, da CETESB para manter a saúde e segurança, por isso existe os limites estabelecidos em lei. Esses pontos de monitoramento serão mantidos e acompanhados para garantir o plano montado pelos especialistas da forma adequada. Em relação às campanhas de monitoramento, foram feitas três campanhas que atendem os termos de referências da CETESB. Alguém mencionou também que a Votorantim tinha parado as atividades, a Votorantim opera nos últimos 20 anos e não houve redução significativa nesses últimos 20 anos. Então, a qualidade da água será garantida através dos planos de ação pela Votorantim, será feito o monitoramento do qual os resultados mostrarão se a empresa está cumprindo os projetos propostos. O granito é uma rocha competente, que separa o lençol confinado, cristalino mais profundo do superficial. Então a presença do granito preserva o lençol confinado, afinal ela é uma rocha confinada e não tem previsão de insurgências de água na cava provenientes do lençol freático e conseqüentemente não tem interferência da operação no lençol freático. A Danone saiu do Brasil e não só de Itapeperica, então talvez nem tenha a ver com a qualidade da água de Itapeperica da Serra. Há

cinco anos, houve o avanço de acesso indevido em área de APP e está representado aqui no RIMA, do qual foi evidenciado e proposta uma recuperação dessa área, então ela já está toda revegetada e acompanhada pela CETESB e em compensação a essa intervenção indevida, foi feita a compensação de uma outra área cinco vezes maior da área invadida. Como medida de controle, pois isso não pode acontecer, a Votorantim implantou marcos para delimitação da propriedade.”

Considerações finais dos representantes do CONSEMA e da CETESB:

Anselmo Guimarães - Presidente da audiência: “Gostaria de agradecer e pedir, inclusive à colega Adriana Abelhão que encaminhe para a caixa do CONSEMA essa documentação citada, agradecemos e vai ser analisado pela equipe técnica da CETESB, queria passar a palavra agora para o Fábio Deodato para fazer as considerações finais.”

Fábio Deodato (CETESB): “Boa noite a todos novamente. eu gostaria de agradecer a todas as contribuições que foram feitas aqui na audiência hoje e acho que a audiência ela cumpriu o objetivo de apresentar o projeto que agora realmente tá em análise na CETESB, passar as informações sobre o diagnóstico ambiental, sobre os impactos e também dar essa oportunidade para população se manifestar, então eu acho que a audiência cumpriu plenamente esse objetivo. Foram feitos apontamentos e sugestões importantes na audiência, elas estão devidamente registradas aqui em vídeo e depois em ata, também fiz algumas anotações e destaque por exemplo, sugestões para ter maiores contrapartidas socioambientais pela empresa. Enfim, foram feitas várias contribuições importantes que serão consideradas assim pela CETESB para concluir a análise desse EIA/RIMA. É importante salientar que a gente ainda não finalizou essa análise, foi apresentado uma versão, que diria final do EIA/RIMA para a gente analisar, nós pedimos algumas informações complementares sobre o EIA/RIMA revisado e eu acho que a partir dessa audiência a gente deve pedir mais algumas informações para conseguir concluir. É importante ressaltar também, como já foi mencionado, o objetivo desse licenciamento é somente a obtenção da licença prévia, que é para a concepção do projeto e da localização. É uma fase preliminar, para que todas essas medidas de mitigação e de compensações dos impactos sejam concluídas, com a aprovação do projeto, serão feitas várias exigências técnicas para fase de licença de instalação de operação, que vão ter um nível de detalhamento maior do que apresentado nessa fase da licença prévia, mas claro, a gente ainda não concluiu a análise. Ainda tem um caminho a ser percorrido e eu acho que a audiência de hoje trouxe várias informações importantes para que a gente deve considerar para concluir a análise desse EIA/RIMA. Então, agradeço novamente a participação de todos que se manifestaram na audiência, é muito importante essa participação e ressaltar novamente a importância da audiência pública para colher essas novas informações, essas sugestões da sociedade. Então acho que foi uma ótima audiência e parabênzo a participação de todo, obrigado Anselmo e a gente ainda tem um caminho a ser percorrido até finalizar a análise EIA/RIMA.”

Anselmo Guimarães - Presidente da audiência: “Muito obrigado Fábio, pela participação até aqui. Nesse momento, queria lembrar que, como o Fábio falou, o processo ele não encerra aqui, a audiência pública ela não tem caráter deliberativo ou extintivo, o processo ele ainda vai continuar pela análise técnica na CETESB e o CONSEMA ele vai se manifestar novamente nesse processo, no âmbito da plenária, que é composta por conselheiros, paritários, sociedade civil e órgãos públicos do Estado. Todas as ações do CONSEMA sempre dentro da mais estrita legalidade, então diante disso, considerando tudo que foi colocado e diante dessa oportunidade ímpar de estar aqui na sociedade de Itapecerica da Serra e levar essas contribuições para o processo. Eu agradeço e declaro então suficientes os trabalhos e, portanto, encerrada a audiência pública. Tenham todos uma ótima noite!”